



Governo do Distrito Federal  
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil  
  
Núcleo de Licitação

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 041/2024 – NLC/PRES

**Objeto:** Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de transporte com mão de obra, sob demanda. Os serviços incluem a locação de veículos do tipo Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas, incluindo, às expensas da empresa contratada: motorista/conductor devidamente habilitado, mão de obra operacional (ajudante, operador de máquinas pesadas e oficial/encarregado), manutenção preventiva e corretiva de veículos e equipamentos, seguro, fornecimento de combustível para veículos e equipamentos, mobilização e desmobilização de veículos/equipamentos, ferramenta operacional e empregados envolvidos nas operações para a NOVACAP, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1.

DA INTRODUÇÃO

1.1.

O **Pregão Eletrônico nº 041/2024 – NLC/PRES** teve seu edital republicado em 23 de dezembro de 2024, com a abertura do certame prevista para o dia 08 de janeiro de 2025, às 09 horas.

1.2.

Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº [159521496](#).
2.

DA TEMPESTIVIDADE

2.1.

Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.
3.

DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

3.1.

As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, que foram respondidas pela área técnica por meio do Despacho nº [159590935](#).

QUESTIONAMENTO	RESPOSTA
O Edital, em seu item 2.3 determina que "2.3 Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:[...] 2.3.3 Consórcio". Ocorre que, a Licitação é regida	Esclarecemos que a norma citada pela empresa XXXX, não é impositiva, no sentido de determinar a empresa pública, que permita e participação em todos os seus certames de empresas consorciadas.  Outrossim, a opção por permitir ou não a participação de empresas consorciadas no certame é discricionária da Administração, cabendo a esta motivar o seu ato decisório, conforme consta de justificativa constante do Termo de Referência, abaixo transcrito:

pela Lei 13.303/2016, nesta não há vedação a participação de Consórcio. Para além disso, alguns dos documentos do Consórcio citam o modelo para empresa ou consórcio.

Nesse sendo questiona-se: É permitido a participação de empresas em consórcio que não tiveram participação na elaboração do TR?

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM		NÃO	X
PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA	SIM	X	NÃO	
PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	SIM	X	NÃO	
<p><b>JUSTIFICATIVA:</b> Não será admitida a participação de empresas consorciadas, uma vez que o objeto da presente contratação não envolve alta complexidade técnica ou grande vulto financeiro, capaz de implicar em um número reduzido de empresas em condições de disputa.</p> <p><b>CONSIDERANDO</b> as características do objeto da presente contratação, entende-se como mais seguro que a relação contratual fruto do presente certame se dê com uma única empresa, capaz de elaborar proposta mais precisa e gerenciar com maior eficiência o andamento dos serviços, evitando-se assim uma majoração dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.</p> <p>Ademais, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns são perfeitamente pertinentes e compatíveis para execução por empresas atuantes do ramo licitado. Além do que, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios visa permitir que empresas consorciadas participem do certame, atribuindo maior competitividade, entretanto, a jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a decisão acerca da participação de consórcios <u>é discricionária</u>.</p> <p>Trata-se de demanda a ser executada por empresa especializada, na prestação de forma continuada, <b>sob demanda</b>, de serviços de locação de veículos tipo "Caminhão Truck equipado com caçamba térmica e kit de acessórios para manutenção de vias públicas", com fornecimento de mão de obra, aos veículos/equipamentos que compõem a frota operacional.</p> <p>Dessa forma, essa decisão pela não permissão de participação de consórcios se baseia no processo de avaliação da realidade do mercado do objeto a ser contratado e da ponderação de possíveis riscos à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto, tendo em vista que a administração dos veículos, sua gestão e responsabilidades advindas podem comprometer a celeridade e eficiência da contratação.</p> <p>Assim, embora a regra geral seja o estabelecido na Súmula 247 do TCU quanto à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global, consideramos que não é possível afirmar sumariamente, sem análise do caso concreto, que a licitação por item ou lote único seria mais eficiente. O próprio TCU já teve a oportunidade de se manifestar no sentido de que, no caso específico, <u>a licitação por lote único será a mais eficiente à Administração</u>:</p> <p>No que diz respeito a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, entendemos que estas poderão participar desde que atendem as exigências do Termo de Referência e da Lei Complementar 123/2006.</p> <p>Será permitida a participação de <b>Cooperativas</b>, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto da licitação, com compartilhamento das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, <u>e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelo cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, conforme §§ 1º e 2º do inciso II, Art. 10 da Instrução Normativa nº 5/2017, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934 de 15 de março de 2018.</u></p>				

Assim, frente aos argumentos já constantes do Termo de Referência, esclarecemos que, para este certame é vedada a participação de empresas consorciadas.

- 3.2. É o breve relatório.
4. CONCLUSÃO
- 4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.
- 4.2. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 02/01/2025, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **159778351** código CRC= **12855BD0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

00112-00009343/2024-85

Doc. SEI/GDF 159778351

Criado por [priscila.novanta](#), versão 11 por [aline.alves](#) em 02/01/2025 15:12:46.